

1º lugar _ 7ª Edição Prêmio Contador Américo Matheus Florentino 2017

Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas

Crisis versus Entrepreneurship: Individual Microentrepreneur (MEI) as an Alternative to Unemployment in the Campos Basin Oil and Surrounding Regions

Artigo recebido em 16/08/2017 e artigo aceito em 20/10/2017

Mireille Dias Gondim

Macaé – RJ
Bacharel em Ciências Contábeis pela UFF
mireillegondim@hotmail.com

Maycon Peter da Rosa

Rio das Ostras – RJ
CRCRJ 088198/O
Mestre em Ciências Contábeis pela UFF
Professor da UFF/Macaé
mayconpeter@hotmail.com

Márcio Marvila Pimenta

São Gonçalo – RJ
CRCRJ115808/O
Mestre em Ciências Contábeis pela UFF
Professor da UFF/Macaé
Mpimenta85@gmail.com

Resumo

Diante dos recentes acontecimentos no Brasil, como crise econômica e política, desdobramentos da operação Lava Jato, elevados níveis de desemprego, entre outras mazelas, este trabalho tem por objetivo analisar a evolução do empreendedorismo como forma alternativa de renda diante do aumento do desemprego nos municípios de Macaé, Campos de Goytacazes e regiões circunvizinhas no período de 2015 a 2016. Diante disso, relacionou-se, utilizando-se regressões lineares, o aumento de formalizações de Microempreendedor Individual (MEI) e, adicionalmente, as Micro e Pequenas Empresas (MPE), optantes ou não do Simples Nacional, e as demais empresas com os níveis de desemprego durante o período analisado. Os resultados das regressões em que as variáveis dependentes eram registros de MEI; MPE optante Simples; MPE não optante pelo Simples e Demais Empresas e a variável independente é o nível de desemprego apontaram que há significância de 0,01 para as operações MEI e MPE, 0,05 para Demais Empresas e 0,1 para Simples. Isso mostra que o desemprego explica em 49%, 65%, 48% e 32%, respectivamente, a variação do surgimento desses novos empreendimentos. Adicionalmente, pelo fato de Macaé ser o maior prejudicado na região pelo desemprego (-12.294 postos de trabalho), buscou-se analisar profundamente os dados referentes de 2012 a 2016 e observou-se que há

uma evolução no número de formalizações ao longo dos anos, porém supõe-se que houve migração destes afetados pelo desemprego para as cidades circunvizinhas para empreender nestes locais.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Informalidade; Crise econômica, MEI

Abstract

In view of the recent events, such as economic and political crisis, developments in the Lava Jato operation, high levels of unemployment among others, this study aims to analyze the evolution of entrepreneurship as an alternative form of income in the face of increasing unemployment in the municipalities of Macaé, Campos de Goytacazes and surrounding regions in the period from 2015 to 2016. In view of this, it was verified the use of the Individual Microentrepreneur (MEI) and additionally Micro and Small Enterprises (SMEs) opting for or not Simples Nacional and the other companies created and their correlations with unemployment levels during the period analyzed. The results of the regressions, where the dependent variables were MEI records, MPE opting Simple, MPE not opting for Simple and Other Companies; and the independent variable is the level of unemployment, they pointed out that there is a significance of 0.01 for MEI and MPE, 0.05 for Other Businesses and 0.1 for Simples, showing that unemployment accounts for 49%, 65%, 48% and 32%, respectively of the variation of the appearance of these new ventures. In addition, due to the fact that Macaé is the biggest one affected by unemployment (-12,294 jobs), it sought to analyze deeply the data for 2012 to 2016, and it has been observed that there has been an evolution in the number of formalizations over the years. It was noted that there was a migration of these affected by unemployment to the surrounding cities to undertake.

Keywords: Entrepreneurship; Informality; Economic Crisis, "MEI".

1 Introdução

Devido à atual crise econômica, acentuada pela queda mundial no preço do barril de petróleo e pelas consequências da operação Lava Jato, observa-se um aumento significativo no nível de desemprego nacional, alcançando 11,9% em 2016 – o maior já registrado pela série histórica da PNAD Contínua, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entretanto, o número de micro e pequenos empreendimentos no Brasil vem crescendo ao longo dos últimos anos, fato este constatado a partir de dados disponíveis nas Juntas Comerciais e órgãos de apoio, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), mas muitos atuam na informalidade. Observa-se que a maior parte destes empreendimentos surgiu em formato de Microempreendedor Individual (MEI).

Segundo Siqueira, Rocha e Telles (2013), o MEI, instituído por meio da Lei Complementar 128/2008, é uma forma inovadora e desburocratizante de legalização de pequenos negócios e serviços e de pagamento de valores simbólicos de impostos e contribuições, resultando em uma substancial redução de custos e de obrigações acessórias. Portanto, a figura do MEI surge como meio facilitador para as pessoas que buscam iniciar seus próprios negócios como alternativa ao desemprego. É muito oportuno levar-se em consideração que, em virtude da queda do preço do barril de petróleo, as receitas dos municípios dependentes dos royalties desse insumo têm sido diretamente afetadas, acarretando um efeito cascata em todas as áreas econômicas dessas regiões.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) -2016, os Estados mais afetados pelo desemprego foram São Paulo (401.552 vagas a menos) e Rio de Janeiro (241.581 vagas a menos). Porém, ao analisar o impacto das vagas extintas considerando-se o tamanho da população estadual, percebe-se que o Rio de Janeiro foi mais afetado proporcionalmente, pois a população fluminense é de 17 milhões de habitantes frente a 45 milhões de habitantes de São Paulo. (IBGE, 2016).

Segundo Couto (2014), levando-se em consideração a natureza da crise atual, agravada pela queda generalizada da produção de petróleo, pode-se supor que as regiões mais afetadas foram as que dependem da atividade de exploração petrolífera. Sendo assim, ao analisar o Estado do Rio de Janeiro, optou-se por delimitar a pesquisa à região dependente das atividades da Bacia de Campos.

Dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), de 2016, mostram que a Bacia de Campos é a maior província petrolífera do Brasil, tendo como principais economias os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes. Os dados incluem as regiões circunvizinhas por julgar-se que elas guardam interdependências econômicas com a província, o que permitiu observar se os impactos sentidos nas atividades da região petrolífera foram percebidos nos municípios de toda a parte Norte do Estado.

Segundo Carvalho (2015), em virtude da queda do preço do barril de petróleo, as receitas dos municípios dependentes dos royalties desse insumo têm sido diretamente afetadas, atingindo a economia regional como um todo. Corroborando a justificativa da escolha dos municípios, segundo dados divulgados pelo Caged em 2016, os municípios do interior mais afetados pelo desemprego em 2016 foram Macaé e Campos dos Goytacazes, totalizando uma redução de 12.294 e 5.532 postos de trabalho, respectivamente. Juntos, os municípios das regiões analisadas totalizam 27.867 vagas extintas.

Por outro lado, de acordo com os dados da Confederação Nacional do Comércio (2017), divulgados no site *Empresômetro*, observa-se o aumento de registros de empresas sob forma de Microempreendedor Individual, MPE optantes ou não do Simples Nacional e demais empresas de maior porte, totalizando 26.395 empresas criadas nas regiões analisadas. Logo, urge o questionamento: qual é a relação entre o empreendimento sob forma de Microempreendedor Individual (MEI) e Micro e

Pequenas Empresas (MPE) e o nível de desemprego na região da Bacia de Campos e nas regiões circunvizinhas?

Logo, o objetivo principal é verificar a relação entre o desemprego e a evolução do registro de Microempreendedor Individual (MEI) e de Micro e Pequenas Empresas (MPE) na região da Bacia de Campos e nas regiões circunvizinhas de 2015 a 2016.

Os objetivos secundários são (1) buscar similaridades entre estes municípios, utilizando-se análise de clusters e, (2) adicionalmente, aprofundar as análises relacionadas ao município de Macaé, o maior afetado pelo desemprego nesta região (12.294 vagas extintas), apurando a evolução do registro de novas empresas alongando-se o período analisado até 2012 e sua relação com a disponibilidade de empregos formais até 2016.

O estudo justifica-se pois, segundo dados divulgados pela ANP (2016), a região da Bacia de Campos é a maior província petrolífera do Brasil, respondendo por cerca de 80% da produção nacional de petróleo. Devido aos altos índices de desemprego na região, observa-se a figura do MEI e MPE como alternativa para a obtenção de renda. Por meio do MEI e MPE, resgata-se o sentimento de cidadania destes profissionais que perderam seus empregos e, motivados a empreender, buscam sua cidadania, a regularização e a autorrealização, tanto pessoal quanto profissional, perante a sociedade em que vivem.

2 Empreendedorismo e crise

Leković e Marić (2016, p. 39) afirmam que, em períodos de crise, o ambiente empreendedor sofre mudanças significativas na forma de redistribuição econômica. Especialmente em países altamente desenvolvidos, uma quantidade significativa de recursos econômicos é disponibilizada, criando novas circunstâncias favoráveis a atividades empreendedoras em alguns segmentos de mercado.

O ambiente estável em países desenvolvidos, com intervencionismo estatal significativo, oferece uma ampla gama de oportunidades de negócios. Cita-se o exemplo das condições de mercado do pós-guerra que, embora temporárias, definiram as condições de sobrevivência pela capacidade de usar as possibilidades recém-criadas.

Adicionando, Fairlie (2013) diz que as condições de mercado tornam-se fator determinante para o empreendedorismo. Quanto maior a taxa de desemprego, maior será o estímulo para a criação de novos projetos para trabalhar por conta própria.

Segundo Leković e Marić (2016, p 26), Schumpeter foi o primeiro economista a relacionar empreendedorismo com crise econômica e a relacioná-lo como fator preponderante para o crescimento da economia. Empreendedores e pequenas empresas representam um papel importante na geração de emprego e renda (Bobera *et al.* 2014).

Entretanto, Acs (2006, p 97) afirma que há pelo menos dois tipos de empreendedorismo: o de necessidade e o de oportunidade. O primeiro, que surge como meio de sobrevivência, não tem efeito sobre o desenvolvimento econômico, enquanto o empreendedorismo por oportunidade, que se origina da exploração de novas atividades, tem um efeito positivo e significativo para o crescimento da economia.

Acs (2006, p 97) acrescenta que esse fato pôde ser comprovado após a queda do Muro de Berlim, quando trabalhadores que tiveram seus empregos extintos se viram forçados a empreender, e pode ser atestado em outras economias que enfrentaram significativas mudanças estruturais ao redor do

mundo e onde não houve impacto na economia nacional por meio do empreendedorismo.

Por sua vez, Fillion (1999, p 20) diz que o empreendedorismo pode ser considerado um passo em direção à liberdade. A partir de 1990, um número cada vez maior de trabalhadores tem escolhido o autoemprego. Os empreendedores involuntários são recém-formados ou desempregados que não foram capazes de encontrar novos empregos e foram forçados a criá-los.

Segundo Acs (2006, p 103), as análises tradicionais do desenvolvimento econômico tendem a se concentrar em grandes corporações, negligenciando as inovações e a concorrência com que as pequenas empresas emergentes contribuem para a economia global. E sugere que as políticas nos países menos desenvolvidos devem se concentrar no fortalecimento das condições nacionais gerais. Em contrapartida, nas economias desenvolvidas, deve se concentrar no fortalecimento das ações para fomento do empreendedorismo.

Segundo Domingo Ribeiro-Soriano (2017), nas duas últimas décadas os estudos têm mostrado que a criação de pequenos novos negócios promove o crescimento da economia, tornando-se essenciais para o desenvolvimento do país. Podemos destacar que as principais condições para o fomento do empreendedorismo foram a criação de novos postos de trabalho, o crescimento da economia e a redução da pobreza.

3 Crise econômica brasileira e MEI/MPE

No Brasil, Barbosa Filho (2017) afirma que a economia nacional passa por uma grave recessão desde meados de 2014. Esta crise é determinada por um conjunto de choques de oferta e demanda ocasionados por erros de uma política econômica intervencionista, o que provocou também uma forte redução de investimentos em diversos setores da economia, atingindo a principal estatal do País, a Petrobras.

Além disso, adicionam-se as investigações da operação Lava Jato, que configuram a maior investigação de corrupção da história do Brasil, também envolvendo diretamente a Petrobras, apontada pela ONG Transparência Internacional como a segunda empresa de capital aberto do País em 2015 (Bastos, Rosa e Pimenta, 2016).

Soma-se, também, a queda generalizada do preço do barril de petróleo, atrelada à superprodução de países como Estados Unidos, Rússia e Iraque e à estagnação da demanda pela Europa e Ásia em razão da desaceleração do crescimento econômico mundial (Couto, 2014).

Como consequência, Piquet, Tavares e Pessoa (2017, p 217) complementam que as regiões com atividades econômicas voltadas à exploração de petróleo, como a da Bacia de Campos, e profundamente influenciadas pelas flutuações do mercado internacional desse insumo, acabaram sentindo agudamente as consequências dessas determinantes nos investimentos da região e os planos da maior investidora, a Petrobras. Ainda acrescentam que no Brasil e, conseqüentemente, na região, a crise foi agravada pela necessidade de cortes em investimentos na estatal e pela mudança de estratégia para concentrar esforços na exploração do pré-sal, que resultou na dispensa de diversos trabalhadores na região.

Dessa forma, em consonância com a literatura abordada, a situação econômica atual é propícia à figura do empreendedor. Entretanto, no Brasil, a mobilização pela valorização do empreendedorismo despertou mais fortemente a partir dos anos 1980. O marco inicial foi a inclusão dos artigos 170 e 179 na Constituição de 1988, instituindo que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam dispensar às microempresas e

empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivá-las pela simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

Segundo Siqueira, Rocha e Telles (2013), a legislação brasileira antes de 2006 impunha às empresas brasileiras o pagamento de tributos e impostos sem diferenciar o tamanho e a capacidade de gerar renda de cada uma. Pequenas e grandes empresas arcavam com a mesma carga tributária referente a seus rendimentos. Entretanto, a figura do Microempreendedor Individual foi instituída pela Lei Complementar (LC) nº 128, sancionada em 19 de dezembro de 2008, com a intenção de dar condições mais justas na caminhada da inclusão à formalização de milhares de trabalhadores autônomos e empreendedores informais, que se distribuem por todos os Estados brasileiros.

Os primeiros passos foram dados com a criação da Lei Complementar (LC) nº 123/06, que estabeleceu o Simples Nacional, simplificando o tratamento jurídico e tributário para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), beneficiando pequenos empresários, que passaram a recolher em apenas uma guia todos os tributos devidos proporcionalmente à faixa de faturamento em que as empresas estão enquadradas, ou seja, quanto menor o faturamento, menor a alíquota aplicada. Porém, a dificuldade para a abertura de empresas persistiu: para vários empreendimentos pequenos a LC 123/06 ainda não traria compensações suficientemente vantajosas dado seu reduzido faturamento.

Em 2008, foi sancionada a LC 128/08, que entrou em vigor em 2009. Com ela, os pequenos empreendedores podem se tornar os empresários individuais a que se refere o artigo 966 do Código Civil Brasileiro.

De acordo com Siqueira, Rocha e Telles (2013), um dos maiores benefícios para o optante pelo MEI está na tributação. O empreendedor pode optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simeif), ficando sujeito à incidência de valores simbólicos de impostos como: IRPJ, IPI, CSLL, Cofins e PIS.

Na prática, abrir uma empresa garante ao empreendedor o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O MEI também passa a ter benefícios previdenciários. Com CNPJ é possível abrir conta pessoa jurídica, solicitar máquina de cartão de crédito e ter acesso a linhas de crédito específicas, com juros mais atrativos. Essas são algumas das vantagens apresentadas no Portal do Empreendedor (2017).

Algumas atividades não se enquadram no MEI, tais como médicos, dentistas, engenheiros, advogados e arquitetos, dentre outros que denotam a prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional. Esses não se enquadram na MEI, por prestarem serviços de natureza intelectual que exigem uma formação específica. A listagem completa pode ser consultada no Portal do Empreendedor.

De acordo com Hernandez (2011), a única exceção dos serviços individuais são os escritórios de contabilidade que, por sua vez, têm formação específica e são regulamentados por lei e desempenham um papel importante na vida do microempreendedor individual, no sucesso e no fortalecimento dessa política que trouxe o benefício da opção pelo Simples ou pelo Microempreendedor Individual. Segundo Bugarim (2009):

[...] a classe contábil brasileira passou a ter um novo e importante desafio: esclarecer e orientar milhares de trabalhadores brasileiros interessados em aderir ao Microempreendedor Individual (MEI). Ciente da responsabilidade profissional e social,

empresários da área contábil e escritórios optantes pelo Simples Nacional estão se preparando para a missão de fornecer todas as informações necessárias [...] (Bugaram, 2009).

Segundo Cavalcante e Schneider (2008), as pequenas empresas vêm evoluindo e conquistando seu espaço, demonstrando seu papel no mercado de trabalho. E, sendo assim, necessitam do auxílio das informações que são geradas pela contabilidade. Apesar de a LC 128/2008 dispensar a contabilidade formal para o MEI, segundo Borges (2015), torna-se indispensável a contratação de um contador uma vez que os procedimentos fiscais, previdenciários e obrigações acessórias demandam conhecimentos técnicos atribuídos ao profissional contábil.

Portanto, Acs (2006, p 104) conclui que é necessário estabelecer um equilíbrio entre as condições gerais do quadro nacional e as condições do quadro empresarial, que dependerá do nível de desenvolvimento econômico. As políticas devem incluir assistência financeira, assistência de gestão, treinamento e redução de encargos regulatórios. Parte do objetivo deve ser reduzir o número de trabalhadores por conta própria e fortalecer o setor existente de pequeno e médio porte. É importante um forte empenho em educação e treinamento, tanto nos níveis primário como secundário, pois aqueles com menor nível de educação nos países em desenvolvimento acabarão optando pelo empreendedorismo por necessidade.

Quadro 1: Mesorregiões, microrregiões e municípios

Mesorregião do Norte Fluminense		Mesorregião das Baixadas Litorâneas	
Macaé	Campos dos Goytacazes	Lagos	Bacia de São João
Carapebus	Cardoso Moreira	Araruama	Casimiro de Abreu
Conceição de Macabu	São Fidélis	Armação dos Búzios	Rio das Ostras
Macaé	São João da Barra	Arraial do Cabo	Silva Jardim
Quissamã	São Francisco de Itabapoana	Cabo Frio	
		Iguaba Grande	
		São Pedro da Aldeia	
		Squarema	
Mesorregião do Noroeste Fluminense			
Itaperuna	Santo Antônio de Pádua		
Bom Jesus do Itabapoana	Aperibé		
Italva	Cambuci		
Itaperuna	Itaocara		
Laje do Muriaé	Miracema		
Natividade	Santo Antônio de Pádua		
Porciúncula	São José de Ubá		
Varre-Sai			

Fonte: Elaboração própria utilizando dados retirados do site MTE (2016)

Definidos os municípios a serem analisados, utilizamos como proxy de nível de desemprego os dados sobre a redução de postos de trabalho que são divulgados pelo site do Ministério do Trabalho registrado no Caged de cada município analisado. Além disso, utilizou-se o site do Empresômetro, sob responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), para obtenção dos dados referentes à quantidade de registros de Microempreendedores Individuais

4 Metodologia

A pesquisa se caracteriza como positiva e, pelos seus objetivos, classifica-se como descritiva. Ao se classificar a pesquisa com base nos procedimentos técnicos utilizados, ela enquadra-se como bibliográfica e documental. Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como quantitativa.

Objetivando-se analisar a evolução do registro de Microempreendedor Individual (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (MPE) com o aumento do desemprego na região da Bacia de Campos e nas regiões circunvizinhas de 2015 a 2016, primeiramente especificaram-se as regiões a serem analisadas.

Observando-se que o Estado do Rio de Janeiro é dividido geograficamente em seis grandes regiões denominadas Mesorregiões (Baixadas Litorâneas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense) pode-se observar que a Bacia de Campos compreende, geograficamente, as mesorregiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas.

Adicionalmente, optou-se por incluir a mesorregião do Noroeste Fluminense por considerar-se que os municípios deste grupo têm dependência econômica indireta da Bacia de Campos, devido ao fornecimento de mão de obra, e obter resultados mais robustos ao analisar a totalidade da parte Norte do Estado. O quadro 1 conta a composição em municípios de cada Mesorregião analisada.

– MEI, Micro e Pequenas Empresas – MPE optantes do Simples Nacional, MPE não optantes do Simples Nacional e as demais empresas de porte maior.

De posse desses dados, realizaram-se quatro regressões, utilizando-se o software GRETL®, dos dados referentes aos 32 municípios, buscando relação entre o nível de desemprego, como variável independente, com o tipo de empresa registrada. Portanto, serão utilizadas as seguintes fórmulas:

(1) $MEI = \square + \square \text{ Desemprego} + \square$, onde a variável dependente é a do número de empreendimentos surgidos sob a forma de Microempreendedor Individual e a variável independente é o saldo de postos de trabalho originados em 2016.

(2) $Simples = \square + \square \text{ Desemprego} + \square$, onde a variável dependente é a do número de empreendimentos surgidos sob a forma de Micro e Pequenas Empresas optantes pelo regime do Simples Nacional e a variável independente é o saldo de postos de trabalho originados em 2016.

(3) $Normal = \square + \square \text{ Desemprego} + \square$, onde a variável dependente é a do número de empreendimentos surgidos sob a forma de Micro e Pequenas Empresas não optantes pelo regime do Simples Nacional e a variável independente é o saldo de postos de trabalho originados em 2016.

(4) $Demais = \square + \square \text{ Desemprego} + \square$, onde a variável dependente é a do número de empreendimentos surgidos sob demais formas de empresas e a variável independente é o saldo de postos de trabalho originados em 2016.

Além disso, com os dados referentes à quantidade de cada tipo de empreendimento por município, calcularam-se as médias para evidenciar a participação de cada tipo de empresa na região analisada. Ou seja, num total de empresas da região buscou-se evidenciar os percentuais de empreendimentos sob a forma de MEI, MPE Simples, MPE Regime Normal e Demais Empresas nos anos de 2015 e 2016. Ademais, verificar a variação da participação de cada tipo de empreendimento de um ano para outro.

Buscando similaridades entre os municípios, segregando-os conforme as características evidenciadas, segundo Fávero *et al.* (2009), o teste adequado é a análise de clusters (conglomerados), utilizando-se o software SPSS®. Adicionalmente, utilizou-se o método Two Step Cluster, conforme empregado pelas pesquisas de Santos *et al.* (2016), Macedo e Corrar (2010) e Cruz (2010). Para analisar o cluster foram utilizadas as variáveis: MEI, MPE Simples, MPE Regime Normal e Demais Empresas dos 32 municípios. Objetivando evidenciar a relação desemprego-empresendedorismo, foi elaborada a Tabela 4, na qual mostrou-se

a quantidade total de empresas geradas de todos os municípios com seu respectivo saldo de empregos gerados.

Ademais, evidenciados os resultados da pesquisa houve a necessidade de analisar o impacto sobre o município de Macaé, pois nesta cidade observou-se a redução de 12.294 postos, correspondendo a 44,1% do total da redução de postos de trabalho de todas as mesorregiões analisadas. Portanto, coletaram-se os dados abordados anteriores, dos anos de 2012 a 2016, para observar melhor as consequências desta região e verificar a relação dessa retração do mercado de trabalho com o aumento de empresas registradas sob forma de MEI, Simples Nacional ou outras MPEs.

5 Análise dos resultados

Este capítulo foi dividido em quatro partes, da seguinte forma: na primeira parte, foram evidenciados os resultados das regressões das relações entre o desemprego e os quatro tipos de empreendimentos gerados no ano de 2015 a 2016, conforme Tabela 1. Em seguida, é divulgada, conforme Tabela 2, a participação percentual por tipo de empresa para os 32 municípios conjuntamente com a Tabela 3, na qual é evidenciada a variação do percentual dos tipos de empreendimentos e sua análise conjunta. A terceira parte demonstra detalhadamente a relação desemprego e geração de empresas para cada município, individualmente. Na última parte, utilizando-se as tabelas 5 e 6, foi efetuada análise mais aprofundada sobre o município de Macaé, devido às suas peculiaridades, conforme demonstrado na parte três deste capítulo.

Analisando-se os resultados das regressões na Tabela 1, observa-se que a opção pelo MEI não foi o único caminho, pois foi constatado que todas as regressões apresentaram significância estatística de 0,01. Porém, observando o alfa e beta calculados, verifica-se que o impacto dos níveis de desemprego no surgimento de MEI é maior que nos outros tipos de empresas, sendo seguido por “Demais empresas”, “MPE optante pelo Simples” e “MPE não optante”. Ou seja, ao utilizar a variação de empregos como proxy de desemprego, observa-se a relação inversa entre as variáveis. Portanto, quanto menor o número de empregos ofertados maior a quantidade de registros de novos empreendimentos.

Tabela 1: Resultados das Regressões Lineares

	Alfa	Beta	P-valor	R2	White	Breusch-Pagan	Normalidade
Desemprego X MEI	353,05	-0,23	0,00	0,49	0,00	0,00	0,00
Desemprego X Simples	48,73	-0,03	0,00	0,32	0,00	0,00	0,00
Desemprego X MPE	21,57	-0,02	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00
Desemprego X Demais	38,37	-0,03	0,00	0,48	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se dados fornecidos pelo site MTE e Empresômetro (CNC)

Entretanto, houve problemas com os pressupostos de homocedasticidade e normalidade. Logo, conforme Wooldridge (2002), foi utilizado o estimador de White para obter o erro-padrão robusto, pois são válidos, independentemente da existência ou não da heterocedasticidade, conforme a Tabela 2. Em relação

à normalidade, a pesquisa baseou-se no teorema do limite central, que afirma que os estimadores da Regressão Linear atendem ao pressuposto da normalidade quando é utilizada amostra suficientemente grande.

Tabela 2: Resultado das Regressões Lineares ajustadas

	Alfa	Beta	P-valor	R2
Desemprego X MEI	353,05	-0,23	0,01	0,49
Desemprego X Simples	48,73	-0,03	0,10	0,32
Desemprego X MPE	21,57	-0,02	0,00	0,65
Desemprego X Demais	38,37	-0,03	0,03	0,48

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se dados fornecidos pelo site MTE e Empresômetro (CNC)

Diante dos resultados apresentados, houve diferença no nível de confiança nas variáveis utilizadas, sendo aceitos 0,01 os estimadores da regressão do MEI e MPE. No Demais Empresas foram aceitos a 0,05, enquanto os estimadores do Simples Nacional foram aceitos a 0,1 de significância. Ao analisar-se o poder explicativo do R2, pode-se ver que o MPE não optante tem o maior poder explicativo de 65%, sendo seguido por MEI e Demais Empresas com 49% e 48%, e, por fim, o Simples, com 32%. Ou seja, a redução do mercado de trabalho teve relação com o aumento de registro de empresas, principalmente sob forma de MEI. Entretanto, as outras

formas também foram influenciadas por este fenômeno, podendo ser atreladas à demissão de empregados de alto escalão que tiveram condições de abrir empresas de maior porte.

Na tabela 3, observam-se as participações das empresas do mercado dos municípios analisados e verifica-se que sob forma de MEI a participação é predominante, correspondendo a 52,51% em 2015 e 54,11% em 2016 do total de empresas registradas, sendo seguida pelo Simples Nacional, 25,29% e 23,29%, MPE – Regime Normal, 20,43% e 18,54% e Demais Empresas 1,76% e 4,06%.

Tabela 3: Participação percentual por tipo de empresa nos 32 municípios



	SIMEI		MPE - Simples Nacional		MPE - Regime Normal		Demais Empresas	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Média	52,51%	54,11%	25,29%	23,29%	20,43%	18,54%	1,76%	4,06%
Mediana	51,78%	53,29%	25,75%	23,62%	20,51%	18,79%	1,64%	3,86%
Desvio Padrão	7,41%	7,21%	4,05%	3,78%	4,98%	4,71%	1,06%	1,34%

Fonte: Elaboração própria, utilizando-se dados fornecidos pelo site MTE e Empresômetro (CNC)

Embora os números aumentassem para todos os tipos de empresas, apenas MEI e Demais Empresas tiveram aumento em sua participação, entre 2015 e 2016, de 1,6% e 2,30%, respectivamente. Mostrando que, proporcionalmente, os empreendedores têm preferido estes dois tipos de empresas em prejuízo daqueles dois outros tipos (Simples Nacional e MPE – Regime Normal).

Para a análise de cluster utilizaram-se as mesmas variáveis utilizadas nos testes anteriores, ou seja, a variação de registros de SIMEI, Simples, Regime Normal, Demais Empresas e Saldo de Empregos. Assim, optou-se por utilizar o método Two Step Cluster, conforme utilizado por Santos *et al.* (2016) e Marcelo e Corrar (2010). Buscou-se, portanto, agrupar os municípios em clusters levando em conta estas variáveis para buscar similaridades entre eles e assim permitir o melhor entendimento da natureza da região analisada. Realizado o teste, o *software* gerou 2 *clusters*, conforme Figura 2, e a qualidade na Figura 3 e sua composição na Tabela 4. Posteriormente, a explicação dos resultados obtidos.

Figura 2: Tamanho dos clusters

Cluster	1	2
Size	 87,5% (28%)	 12,5% (4)
Inputs	SIMEI 302,82	SIMEI 2.275,50
	Reg. Normal 19,86	Reg. Normal 197,50
	Simples Nacional 34,93	Simples Nacional 364,50
	Outras Empresas 33,14	Outras Empresas 293,00
	Saldo Empregos -285,75	Saldo Empregos -5.155,50

Fonte: Dados gerados pelo SPSS

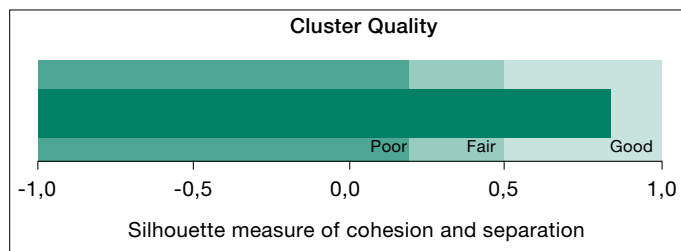
Pode-se observar na Figura 2 que a variação de SIMEI tem maior poder preditivo diante das outras variáveis. Portanto, a variável predominante para delimitação dos clusters foi o SIMEI, seguido por Regime Normal, Simples Nacional e o Saldo de Empregos, que menos influenciou na caracterização do agrupamento.

Tabela 4: Composição dos Clusters

Cluster	Municípios
Cluster 1	Natividade, Porciúncula, Varre-Sai, Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Carapebus, Conceição de Macabu, Quissamã, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo
Cluster 2	Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio

Fonte: Elaboração Própria

Figura 3: Qualidade dos Clusters



Fonte: Elaboração Própria com utilização do *software* SPSS

Pode-se observar na Figura 2 que a segregação dos municípios resultou em dois clusters com tamanhos bem desproporcionais: enquanto o primeiro tem 28 municípios, o segundo tem apenas quatro. Pode-se observar que o critério de separação em dois clusters foi o de capacidade econômica das cidades. Verifica-se, conforme a Tabela 4, que no segundo grupo, embora menor em número de municípios, a participação econômica é bem maior, contando com os principais atores da região – Campos dos Goytacazes, Macaé, além de incluir Rio das Ostras e Cabo Frio. Ademais, a Figura 3 apresenta a qualidade do cluster alcançando o nível mais alto.

Posteriormente, ao se analisar o conteúdo dos dados obtidos conforme a metodologia proposta pode-se observar que o município de Macaé teve forte impacto no resultado geral de desemprego na região analisada. Portanto, a seguir, é demonstrada

na Tabela 5 a relação de Desemprego e Empresas Geradas dos municípios analisados e Macaé, separadamente. Desta forma, pode-se observar a magnitude do impacto da relevante redução de postos de trabalho em Macaé e sua consequência em toda região analisada.

Tabela 5: Relação Desemprego e Empresas Geradas de Macaé e dos 33 municípios

	Vagas Líquidas	Empresas Geradas	Saldo
Macaé	-12.294	2.874	-9.420
Total de Municípios (com Macaé)	-27.867	23.463	-4.404
Total de Municípios (sem Macaé)	-15.573	20.589	5.016

Fonte: Elaboração Própria

Analisando-se a Tabela 4, observa-se que o saldo negativo de oferta de vagas de emprego é próximo ao saldo de empresas registradas no ano de 2016. Entretanto, ainda é desproporcional negativamente, uma vez que a região apresenta um déficit de empreendedorismo em relação ao desemprego, pois apresentou menos 4.404 realocações em forma de empreendimentos, entretanto, ao se excluir o município de Macaé, a situação apresenta-se adversa à anterior, com um saldo positivo de 5.016 realocações.

Embora seja desejado que o número de desempregados seja pelo menos próximo ao número de empresas criadas, a cidade macaense, além de apresentar o pior número em relação ao desemprego, com redução de 12.294 vagas, também apresenta o maior desequilíbrio em relação à geração de empreendimentos, uma vez que gerou apenas 3.228 empresas, resultando em um saldo negativo de 9.066 entre vagas extintas menos novas empresas. Logo, pode-se também sugerir que tenha havido um êxodo dos desempregados para cidades vizinhas, onde empreenderam em novos negócios. Portanto, para uma melhor compreensão, aprofundou-se a análise neste município, estendendo-se as informações sobre Macaé ao longo de 2012 a 2016 para analisar melhor o impacto da cidade em toda região analisada.

Nesta, foram apresentados dados relevantes para a análise conjunta da evolução das diferentes formas de empreendimento no município de Macaé e sua relação com a crise econômica no Brasil e seus desdobramentos. O período de análise, entre 2012 e 2016, foi escolhido para evidenciar o comportamento do quantitativo de registros do MEI e o total de empregos formais antes e depois da deflagração da crise, em 2014.

A seguir, será evidenciado o total de empresas ativas em Macaé no período de 2012 a 2016 e sua distribuição por forma de registro e tributação. Logo, a Tabela 5 demonstra a evolução do mercado local e o crescimento do quantitativo de MPE (Micro e Pequenas Empresas) no município de Macaé.

Tabela 5: Distribuição das MPEs ativas no Município de Macaé

	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Empresas Ativas no Brasil	11.092.577	12.587.153	14.141.132	15.841.857	17.428.118
Total de MPEs Ativas no Brasil	9.660.578	11.048.467	12.506.552	14.132.260	15.628.689
Percentual MPEs do Brasil	92,6%	93,1%	93,6%	94,1%	93,9%
Total de Empresas Ativas em Macaé	12.833	15.014	17.313	20.037	22.720
Percentual de MPEs ativas em Macaé	92,0%	92,8%	93,4%	93,9%	93,70%
Total de MPEs Ativas em Macaé	11.808	13.935	16.172	18.820	21.291
Regime Normal	4.046 (34%)	4.187 (30%)	4.293 (26%)	4.448 (23%)	4.855 (23%)
Simples Nacional	3.843 (33%)	4.269 (31%)	4.718 (29%)	5.087 (27%)	5.027 (24%)
SIMEI	3.919 (33%)	5.479 (39%)	7.161 (44%)	9.285 (49%)	11.407 (54%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Empresômetro MPE. Dados extraídos em: 16/04/2016

Verificando-se o percentual de MPEs em Macaé em comparação com o percentual de MPE no Brasil, podemos constatar que a evolução das MPEs no município acompanhou o mesmo

movimento do País. A diferença está na distribuição das MPEs no município, que parecem ter migrado, gradativamente, para formas mais simplificadas de tributação.

Tabela 6: Perfil do Município de Macaé.

Movimentação agregada	2012	2013	2014	2015	2016
Admissões	55.209	58.872	57.744	40.121	32.333
Desligamentos	50.067	54.907	57.909	51.470	44.627
Variação Absoluta	5.142	3.965	-165	-11.349	-12.294

Fonte: Elaboração própria baseado em dados coletados no MTE. Acesso em 12/02/2017

Embora não seja proporcional, sugere-se que essa mudança na distribuição esteja associada à necessidade de tratamento diferenciado para as MPEs que o Simples proporciona e ao reflexo do alto grau de desemprego ocasionado pela crise no município de Macaé, que contribuiu para o crescimento significativo do número de MEIs.

Observa-se que houve um crescimento considerável da participação do MEI no município no período analisado, passando de 33%, em 2012, para 54% das MPEs em 2016. Pode-se observar que o município, que vinha apresentando saldo positivo em 2012 e 2013, começa a sofrer os impactos da crise econômica em 2014 e a ter um número maior de desligamentos que de admissões. A partir de 2015 a situação se agrava e em 2016 as admissões se reduzem a menos da metade das realizadas em 2012, não conseguindo absorver a mão de obra que está disponível do mercado.

Portanto, esse descolamento entre desemprego e empresas criadas pode sugerir que houve migração dos antigos trabalhadores para cidades próximas, por variadas motivações, como a volta à cidade natal ou ao local de residência, pois muitos trabalhadores não residem ou não residiam em Macaé; logo, seria preferível abrir um pequeno negócio próximo às suas habitações.

Tomando os resultados do trabalho como um todo, levando-se em consideração os resultados dos testes estatísticos e das análises descritivas, percebe-se de fato a migração das pessoas desempregadas ao empreendedorismo, predominantemente sob forma de MEI (17.581 aberturas). Porém, observou-se um aumento maior das Demais Empresas (5.032) em comparação às MPEs optantes do Simples (2.436) e MPEs sob regime normal

(1.346), embora a quantidade percentual siga a seguinte ordem: MEI (54,1%), MPE Simples (23,3%), MPE Regime Normal (18,5%) e Demais Empresas (4,1%).

Observando a predominância do MEI e sua ligação com o desemprego, este estudo corrobora Corseuil, Neri e Ulyssea (2013), pois os autores afirmam que há outros dois efeitos positivos da política do MEI. O primeiro diz respeito ao aumento da formalização dos trabalhadores por conta própria. Vale dizer que as indicações são de que o programa vem cumprindo seu objetivo precípua. O segundo efeito – também positivo – refere-se à reinserção dos desempregados no mundo formal. Trabalhadores desempregados e inativos vêm recorrendo ao programa para viabilizar uma ocupação, o que também foi mostrado neste texto.

Por outro lado, estudo publicado pelo Ipea, intitulado “Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais” (Corseuil, Neri e Ulyssea, 2013), a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE, conclui que o MEI pode estar sendo usado para substituir contratos trabalhistas por relações de prestação de serviços, constituindo, assim, uma desvirtuação do seu objetivo. A conclusão foi baseada em dados de 2009 e 2011, mas merece ser considerada.

Sendo assim, o empreendimento pode ser resultado de processo no qual um trabalhador que atuava como empregado assalariado é “induzido” por seu empregador a abandonar a sua condição, protegida por amplo arcabouço legal e por benefícios sociais, e “optar” em transformar-se em MEI, passando a atuar, do ponto de vista formal, como prestador de serviços autônomo.

Portanto, mesmo levando-se em consideração tais irregularidades na utilização do MEI, pode-se concluir que este estudo evidenciou uma forte interação entre o nível de desemprego e as constituições em formato de MEI. Adicionalmente percebe-se que também houve relação entre desemprego e as demais constituições de empresas (MPE Simples, MPE Regime Normal e Demais Empresas).

Desta forma, de acordo com os resultados do estudo, pode-se sugerir que realmente o empreendedorismo foi a escolha dos trabalhadores afetados pelo desemprego na região. Percebe-se, também, que o empreendimento soberanamente escolhido foi o formato de Microempreendedor Individual, sendo seguido por Demais Empresas de maior porte, MPE Simples Nacional e MPE Regime Normal.

Por fim, ao se analisar Macaé por um período maior de anos, 2012 a 2016, percebe-se o efeito do desemprego sobre o percentual do MEI aumentando em relação aos outros tipos de empreendimento. Porém, é observado que no município não houve a absorção destes trabalhadores em forma de empreendimentos e, analisando-se a região como um todo, pode-se supor que estas pessoas que perderam seus empregos em Macaé não tenham permanecido no município, mas permaneceram na região analisada.

Portanto, frisa-se a importância de investir em fiscalização para evitar os desvios dos objetivos da criação do regime especial de tributação trazendo a figura do Microempreendedor Individual como opção ao empreendedorismo regularizado. Assim, conforme os resultados da pesquisa, poder-se-ia obter maior robustez nos resultados de que as opções pelo MEI, MPE Simples, MPE Regime Normal e Demais Empresas foram alternativas para obtenção de renda para estas pessoas que perderam seu emprego e, em razão da necessidade, optaram por arriscar abrir seus próprios negócios e, assim, ter uma vida digna e poder contribuir no fomento da economia, tanto no nível micro quanto macro.

6 Conclusão

A partir da popularização do MEI e das mudanças no cenário econômico, causadas pela crise internacional do petróleo e pela crise política, além das consequências geradas pelas investigações da operação Lava Jato, observa-se influência direta no nível de desemprego, percebendo-se uma diminuição significativa de quantitativo de registros. O MEI passou a ser uma alternativa para muitas pessoas que ficaram desempregadas e que precisavam buscar uma solução para sustentar suas famílias.

Portanto, utilizando-se cálculos com regressões lineares simples, esta pesquisa alcançou os objetivos propostos ao analisar a relação entre desemprego e o número de empreendimentos gerados em forma de MEI, e incluiu-se nos objetivos específicos a relação com as outras formas de empresas, MPE optante do Simples Nacional, MPE sob Regime Normal e demais empresas.

Adicionalmente, efetuou-se análise descritiva dos dados referentes aos 32 municípios selecionados, calculando-se média, mediana e desvio padrão para entendermos o comportamento da região como um todo. Como conclusão, observou-se que o número de MEI na região corresponde a 54,1% do total de empreendimentos na região, sendo seguido por MPE optantes do Simples Nacional 23,3%, MPE Regime Normal, 18,5%, e Demais Empresas, com 4,1%. O percentual de 2016 é resultado de um aumento de 1,6% para o MEI e 2,3% para demais empresas de maior porte, da participação em relação ao ano anterior, ou seja, o aumento de MEI e Demais Empresas foi muito maior que o aumento das outras formas de negócios.

Com os resultados alcançados, observou-se uma forte relação entre as variáveis analisadas permitindo supor que, de fato, houve esse tipo de migração das pessoas que perderam seus empregos para empreendedorismo predominantemente sob forma de MEI, servindo como meio fomentador de criação de novos negócios. Por sua vez, observou-se esta relação em menor proporção aos demais tipos de empresas. Portanto, sugere-se que houve migração de uma parcela deste grupo para os empreendimentos maiores também.

Adicionalmente, foram analisados os dados de 2012 a 2016 do município de Macaé, pois este foi o maior afetado pelo desemprego, com 12.296 vagas extintas, apresentando o surgimento de apenas 2.874 empreendimentos, ou seja, não houve a proporcional recolocação das vagas extintas em forma de criação de negócios. Logo, presume-se que as pessoas afetadas por esta redução não empreenderam na cidade e, sim, em outras cidades dentro da região estudada, motivadas por voltar à terra natal ou mesmo à cidade de sua residência, lembrando que relevantes partes dos trabalhadores não são (ou eram) residentes em Macaé.

Ademais, existem indícios de que a política de microempreendedores individuais está sendo utilizada de forma desvirtuada, como processo de terceirização ou de substituição do emprego pela prestação de serviços. Nestes casos, estaria acontecendo também a desvirtuação do conceito de empreendedor individual, que subentende que o empreendedor atuará por conta própria, sem patrão ou qualquer outra característica comum ao emprego formal com vínculo empregatício.

Como limitação, obteve-se acesso apenas ao saldo do quantitativo de registros e não foi possível precisar o quantitativo de novos registros em comparação com o encerramento dos mesmos. Acrescente-se a isso a falta da declaração de faturamento do MEI. Uma vez que a lei não estabelece faturamento mínimo, não é possível afirmar quantos registros são realmente ativos ou estão ativados apenas por desconhecimento ou para obter os benefícios e vantagens do registro.

Conforme as análises apresentadas, a legislação que institui a formalização do MEI não deve ser vista como suficiente, por si só, para resolver ou mesmo minimizar os problemas decorrentes da informalidade ou escassez de empregos formais e, sim, como uma política de longo prazo que apresenta instrumentos para fomentar o empreendedorismo, desburocratizar o processo de formalização, promover a inclusão social e econômica de pessoas e empreendimentos. Nesse aspecto, o profissional de contabilidade, assim como o governo municipal, tem papel preponderante para garantir o sucesso desta política na sociedade local.

Conclui-se que a criação do MEI foi oportuna e há fortes indícios de que foi a forma mais utilizada pelos cidadãos afetados pelo desemprego na região da Bacia de Campos como substituição de fonte de renda. Além disso, observou-se que o empreendedorismo sob forma de outras empresas, como MPE sob regime de Simples Nacional ou não, também foi utilizado. Ademais, foram observados impactos que o município de Macaé causou na região analisada devido ao alto nível de desemprego, com a consequente redistribuição de postos de trabalho nas cidades próximas, ocasionada pelo empreendedorismo.

Por fim, os incentivos aos micro e pequenos empreendedores ainda carecem de ajustes para que todos os objetivos iniciais sejam atendidos e tornem-se um benefício ainda maior para o governo, para os empreendedores e para a sociedade de forma geral. Como sugestão para pesquisas futuras, aconselha-se aplicar os testes para as demais regiões do Estado do Rio de Janeiro e utilizar um período maior de anos para efetuar os testes, além de incentivar-se uma abordagem mais qualitativa para o tema abordado neste estudo.

Referências

- ACS, Zoltan. *How is entrepreneurship good for economic growth?* Innovations, The MIT Press Journals v. 1, n. 1, p. 97-107, 2006.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. *A crise econômica de 2014/2017*. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BASTOS, Emanuelle de Souza; ROSA, Maycon Peter da; PIMENTA, Márcio Marvila. *Os Impactos da Operação Lava Jato e da Crise Internacional do Petróleo nos Retornos Anormais e Indicadores Contábeis da Petrobras 2012-2015*. Pensar Contábil, v. 18, n. 67, 2017.
- BRASIL. *Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jan. 2009. Seção 1, pt. 1, p. 1-12.
- BRASIL. *Lei Complementar n.º 128, de 19 de dezembro de 2008*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2008. Seção 1, pt. 1, p. 1-7.
- BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. *A função da classe contábil com o MEI*. Jornal do CFC, Distrito Federal, ano 12, n. 99, p. 10, jun/jul. 2009.
- CAVALCANTE, C. H. SCHENEIDERS, P. M. M. *A contabilidade como geradora de informação na gestão de micros e pequenas empresas de Iporá do Oeste/SC*. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXXVII, n. 172, p. 63-75, jul./ ago. 2008.
- CORSEUIL, Carlos Henrique L.; NERI, Marcelo Côrtes; ULYSSEA, Gabriel. *Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.
- FÁVERO, Luiz Paulo *et al.* *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. 2009.
- FAIRLIE, Robert W. *Entrepreneurship, economic conditions, and the great recession*. Journal of Economics & Management Strategy, v. 22, n. 2, p. 207-231, 2013.
- Filion, Louis Jacques. *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*. Revista de Administração 34.2 (1999): 5-28.
- GEM – *Global Entrepreneurship Monitor Executive Report*. 2016.
- LEKOVIĆ, Božidar; MARIĆ, Slobodan. *Economic Crisis and the Nature of Entrepreneurial and Management Activities*. Economic Themes, v. 54, n. 1, p. 21-44, 2016.
- MACEDO, M. A. da S.; CORRAR, L. J. *Análise do Desempenho Contábil-Financeiro de Seguradoras no Brasil no Ano de 2007: um estudo apoiado em análise hierárquica (AHP)*. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, pp. 135-165, 2010.
- NĂSTASE, Carmen; KAJANUS, Miika. *The impact of the global crisis on SME and entrepreneurship behavior – Romania and Finland cases*. Amfiteatru Economic, nol, v. 3, n. 2009, p. 752-753, 2009.
- PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João Monteiro. *Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense*. Cadernos Metrôpole., v. 19, n. 38, p. 201-224, 2017.
- SANTOS, Carla Macedo Velloso dos *et al.* *Características dos Municípios Fluminenses e suas Falhas Ressalvadas nos Pareceres de Prestação de Contas do TCE-RJ*. Pensar Contábil, v. 18, n. 67, 2017.
- SIQUEIRA, João Paulo Lara de; ROCHA, Joyce Silva Leal da; TELLES, Renato. *Microempreendedorismo: Formalidade ou Informalidade?* 2013.
- SOUTO, Belén Fernández-Feijóo *et al.* *Crisis and corporate social responsibility: threat or opportunity?* International Journal of Economic Sciences and Applied Research, n. 1, p. 36-50, 2009.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.